

A INVISIBILIDADE DOS PROJETOS SOCIAIS E AMBIENTAIS NA CULTURA OCEÂNICA DIANTE DO AVANÇO TECNOLÓGICO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Isadora Alves de Carvalho¹, Iara Luzia Ferreira Soares².

¹Estudante do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – e-mail: isadora.carvalho@estudante.ifto.edu.br

²Docente do Curso Técnico em Informática – IFTO. Orientador(a). e-mail: iara.soares@ifto.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico tem transformado profundamente a forma como a sociedade produz, distribui e consome informação, especialmente no âmbito das plataformas digitais. Esse processo trouxe novas oportunidades de comunicação, mas também gerou assimetrias quanto à visibilidade de diferentes atores sociais. Enquanto grandes organizações e projetos com maior capital financeiro conseguem ampla projeção, iniciativas locais e de pequeno porte enfrentam invisibilidade digital.

No campo da cultura oceânica — que envolve a valorização, preservação e uso sustentável dos ecossistemas marinhos e costeiros — essa invisibilidade apresenta-se como um obstáculo central para a conservação ambiental e a promoção da justiça social. Muitos projetos ambientais e sociais que atuam em comunidades costeiras dependem de visibilidade digital para captar recursos, engajar a sociedade e influenciar políticas públicas.

A literatura recente mostra que a invisibilidade digital não é um estado fixo, mas um processo instável, moldado por dinâmicas tecnológicas, políticas e sociais (Marwick & boyd, 2021). Isso significa que pequenos projetos enfrentam barreiras estruturais para obter reconhecimento, sobretudo em plataformas digitais orientadas por algoritmos que priorizam conteúdos de maior alcance. Nesse cenário, compreender os desafios da cultura oceânica é essencial, especialmente no contexto brasileiro, onde desigualdades sociais e digitais são profundas.

O presente estudo investiga como o avanço tecnológico, por meio de plataformas digitais, contribui para a invisibilidade de projetos sociais e ambientais ligados à cultura oceânica, identificando os fatores que ampliam essa marginalização e propondo estratégias que possam aumentar a visibilidade e o impacto desses projetos no Brasil.

2. OBJETIVO

Analisar como o avanço tecnológico e o uso de plataformas digitais contribuem para a invisibilidade de projetos sociais e ambientais voltados à cultura oceânica no Brasil, considerando as desigualdades de acesso e visibilidade digital. Identificar as causas dessa marginalização, seus impactos sobre a mobilização comunitária, a conservação ambiental e a participação social, e discutir estratégias capazes de ampliar a visibilidade, engajamento e impacto desses projetos, incluindo o papel de políticas públicas, redes comunitárias e capacitação digital.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo adotou abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e crítico, com revisão de artigos, livros e documentos institucionais brasileiros, publicados entre 2000 e 2025, incluindo trabalhos clássicos relevantes sobre desigualdade digital e mobilização social (Selwyn, 2004).

O referencial teórico apoia-se em conceitos de desigualdade digital, cultura de plataformas, invisibilidade social e sustentabilidade, destacando Castro e Costa (2018), Santos e Silva (2019), Oliveira (2020), Lima e Ferreira (2021) e Marwick & boyd (2021).

Foram considerados estudos de caso sobre projetos sociais e ambientais de base comunitária, analisando estratégias de comunicação e engajamento frente à hegemonia das grandes plataformas digitais. Também foram incluídas reflexões sobre inovação social e visibilidade comunitária (Gori et al., 2024) e a relevância crescente da cultura oceânica na agenda nacional brasileira (O Eco, 2025).

A análise seguiu o método hermenêutico interpretativo, buscando compreender como a visibilidade digital ou a invisibilidade das iniciativas influencia práticas culturais, mobilização comunitária e promoção da cultura oceânica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura evidencia que os avanços tecnológicos, embora ampliem o acesso à informação, reforçam desigualdades quanto à visibilidade digital. Plataformas priorizam conteúdos de grandes organizações ou com maior engajamento, dificultando a inserção de projetos pequenos e periféricos (Oliveira, 2020).

Esse fenômeno reforça a chamada “bolha digital” (Selwyn, 2004), na qual informações circulam em grupos restritos, comprometendo o alcance de iniciativas sociais e ambientais. Conforme apontam Marwick & boyd (2021), a invisibilidade digital deve ser entendida como um processo dinâmico: atores podem oscilar entre visibilidade, semivisibilidade e invisibilidade, dependendo de seus recursos e estratégias comunicacionais.

No contexto da cultura oceânica, isso representa um desafio significativo: projetos voltados à conscientização e proteção dos oceanos necessitam de ampla visibilidade para mobilizar apoio social, captar recursos e influenciar políticas públicas. A invisibilidade reduz seu potencial de transformação, especialmente em comunidades costeiras.

No Brasil, desigualdades estruturais agravam a situação. O acesso limitado à internet em comunidades rurais e periferias urbanas dificulta a participação plena na esfera digital (Santos & Silva, 2019; Castro & Costa, 2018). Assim, iniciativas ambientais de base comunitária enfrentam dificuldades para divulgar suas ações, permanecendo à margem dos debates maiores.

Apesar desses obstáculos, estratégias inovadoras vêm sendo exploradas. O uso de narrativas autênticas, a formação de redes comunitárias de comunicação e parcerias locais têm se mostrado eficazes para ampliar o alcance das iniciativas ambientais (Lima & Ferreira, 2021). Além disso, políticas públicas voltadas à democratização da internet e programas de capacitação digital são fundamentais para reduzir desigualdades informacionais e promover inclusão social (Oliveira, 2020).

Iniciativas de inovação social, como o projeto Invisible Cities, demonstram que dar voz a comunidades invisibilizadas fortalece sua identidade e amplia seu impacto social (Gori et al., 2024). Já no campo da cultura oceânica, a inclusão do tema na agenda pública nacional — como observado na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2025 — reforça a necessidade de integrar ciência, cultura e participação social para garantir a proteção dos ecossistemas marinhos (O Eco, 2025).

Portanto, superar a invisibilidade digital exige uma abordagem integrada, combinando tecnologia, inovação social, políticas públicas e participação comunitária. A valorização da cultura oceânica depende não apenas de projetos locais, mas também de estruturas sociais que assegurem equidade no acesso e na visibilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A invisibilidade de projetos sociais e ambientais diante do avanço tecnológico constitui um desafio estrutural que compromete tanto a preservação ambiental quanto a justiça social. No contexto da cultura oceânica, a falta de visibilidade reduz o impacto das iniciativas voltadas à conservação marinha e costeira, limitando sua capacidade de mobilização e transformação social.

Essa situação evidencia a necessidade de compreender as desigualdades digitais e os mecanismos que favorecem a projeção de grandes organizações em detrimento de iniciativas locais e de base comunitária. Ao mesmo tempo, é fundamental reconhecer que a invisibilidade digital é um processo dinâmico, e que existem caminhos para a construção de novas formas de visibilidade, como inovação social, redes comunitárias de comunicação e valorização cultural.

Superar esse problema demanda estratégias integradas, como capacitação digital de comunidades e lideranças locais, políticas públicas que ampliem o acesso universal à internet, incentivo a redes comunitárias de comunicação, parcerias estratégicas entre atores locais e reconhecimento institucional da importância dos projetos de base. As Ciências Sociais desempenham papel crucial nesse processo, oferecendo análises críticas sobre a relação entre tecnologia e desigualdade, apontando caminhos para uma sociedade mais justa e sustentável e fortalecendo a promoção da cultura oceânica em seus múltiplos aspectos.

6. AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento à pesquisa, ao Instituto Federal do Tocantins (IFTO) pelo apoio institucional e infraestrutura, e à professora Yara Soares, coordenadora do projeto.

Registro também meu reconhecimento às comunidades costeiras e projetos de base comunitária, cuja resistência inspira este trabalho, e aos colegas, familiares e professores que contribuíram direta ou indiretamente para sua realização.

REFERÊNCIAS

CASTRO, R. C.; COSTA, F. M. Tecnologia, desigualdade e cidadania: impactos das TICs nas periferias urbanas brasileiras. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 351-370, 2018. Acesso em: 07 ago. 2025.

GORI, P.; MORETTI, V.; BECCHI, A. Invisible Cities: social innovation for visibility of vulnerable communities. *Sustainability*, v. 16, n. 11, p. 4390-4405, 2024. Acesso em: 04 set. 2025.

LIMA, A. S.; FERREIRA, D. M. Redes sociais digitais e mobilização ambiental no Brasil: potencialidades e limites. *Revista Brasileira de Sociologia*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 200-215, 2021. Acesso em: 09 ago. 2025.

MARWICK, A.; BOYD, D. Understanding invisibility in the digital age. *Social Media + Society*, v. 7, n. 1, p. 1-12, 2021. Acesso em: 04 set. 2025.

O ECO. Metas para 2025: propagar a cultura oceânica e proteger cada vez mais o ecossistema marinho. *O Eco*, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://oeco.org.br>. Acesso em: 03 set. 2025.

OLIVEIRA, L. E. Inclusão digital e projetos sociais no Brasil: desafios para o acesso e apropriação das tecnologias. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 120-140, 2020. Acesso em: 13 ago. 2025.

SANTOS, M.; SILVA, T. Desigualdades digitais no Brasil: um estudo sobre o acesso e uso da internet nas áreas rurais. *Revista Brasileira de Ciência da Informação*, Brasília, v. 13, n. 2, p. 45-61, 2019. Acesso em: 14 ago. 2025.

SELWYN, N. Schools and schooling in the digital age: a critical review. *Education, Communication & Information*, London, v. 4, n. 1, p. 1-24, 2004. Acesso em: 16 ago. 2025.